

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE
ESTREMOZ, REALIZADA NO DIA
TRÊS DE DEZEMBRO DE DOIS
MIL E TRÊS ------



da Cozinha dos Canhões, tendo o Senhor Presidente dito que o número de visitantes foi bastante elevado o que se traduziu num balanço positivo. --------- O Vereador Júlio Rebelo referiu que foi tudo previamente tratado com o IGAE, foram feitas vistorias pelos Bombeiros e Delegação de Saúde, não havendo nada a apontar, pelo que tudo correu muito bem. -----**ORDEM DE TRABALHOS:** O Senhor Presidente apresentou a seguinte ordem de trabalhos: ---------- Aprovação da acta da reunião anterior; Expediente Geral; Delegação de competências; Tabela de Taxas e Licenças para o ano dois mil e quatro; Protocolo para aquisição de um aparelho de TAC; Relacionamento com a Portugal Telecom; Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e quatro; Aprovação dos projectos de infraestruturas da Zona Industrial de Arcos; Pedido de autorização á Assembleia Municipal para execução das obras de infraestruturas na Zona Industrial de Arcos por administração directa até ao limite de um milhão de euros; Empreitada de recuperação da Escola Básica do Caldeiro e Protocolo com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. -----APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Tendo o texto da acta indicada em epígrafe sido previamente distribuído a todos os elementos da Câmara, foi dispensada a sua leitura de harmonia com o



disposto no artigo quarto do Decreto Lei número quarenta e cinco mil
novecentos e sessenta e dois, de vinte de Novembro de mil novecentos e
sessenta e três
E não havendo rectificações a fazer foi a mesma aprovada por maioria,
com uma abstenção do Vereador António Pinto Basto
EXPEDIENTE GERAL: Foi presente e lido um oficio da Confederação
Nacional dos Organismos de Deficientes informando que aquele organismo
decidiu atribuir â Câmara Municipal de Estremoz o prémio CNOD - dois
mil e três - Ano Europeu das pessoas com Deficiência, pelo apoio concedido
a todas as iniciativas da CNOD no decorrer deste ano
Tomado conhecimento
O Vereador João Coruche perguntou se além da Câmara de Estremoz,
houve outras ás quais foi atribuído o prémio, tendo o Vereador Júlio Rebelo
dito que também a Câmara de Viseu foi distinguida com este prémio
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: Foi presente uma relação da
Divisão Sócio-Cultural com os despachos proferidos pelo Vereador Júlio
Rebelo sobre pedidos de transporte, no período compreendido entre vinte e
quatro e vinte e oito de Novembro
Tomado conhecimento
Foi presente uma relação da Divisão de Administração Urbanística,



sobre os despachos proferidos pelo Vereador de Administração Urbanística
em subdelegação de competências, no período compreendido entre dez e
vinte e oito de Novembro último
Tomado conhecimento
Foi presente uma relação da Divisão de Administração Urbanística,
sobre os despachos proferidos pelo Vereador de Administração Urbanística
em delegação de competências, no período compreendido entre dez e vinte
e nove de Novembro último
Tomado conhecimento
Foi presente uma relação da Secção de Contabilidade sobre os
despachos proferidos pelo Presidente da Câmara em delegação de
competência, no dia dois do corrente mês, correspondente à vigésima sexta
alteração ao orçamento e à décima sexta alteração ao Plano Plurianual de
Investimentos
Tomado Conhecimento
TABELA DE TAXAS E LICENÇAS PARA O ANO DOIS MIL
QUATRO: O Vereador José Miguel Cravo esclareceu que este ano a
Tabela de Taxas e Licenças sofreu algumas alterações, nomeadamente no
capítulo quarto "Cemitérios", nalguns arredondamentos, e nas taxas, cujos
serviços eram anteriormente da competências dos Governos Civis, e que



por força da legislação passaram para as autarquias
Foi retirado o ponto seis da Nota Justificativa que referia que a
actualização era feita anualmente com base na taxa de inflação do INE
referente a trinta e um de Agosto de cada ano, e cuja actualização vinha a
produzir efeitos a partir do mês de Janeiro do ano seguinte
A presente proposta foi basicamente actualizada de acordo com a taxa
de inflação, tendo no entanto sido sujeita a alguns acertos de modo a
facilitar o pagamento de senhas
Depois de analisada, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a
Tabela de Taxas e Licença para o ano dois mil quatro, e submeter a mesma
à aprovação da Assembleia Municipal, bem com solicitar a este Órgão que
a deliberação seja tomada em minuta
PROTOCOLO PARA AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE TAC: O
Vereador Júlio Rebelo apresentou a minuta de um Protocolo de Acordo a
celebrar entre os Municípios de Estremoz, Elvas, Campo Maior, Alandroal,
Borba, Arronches, Monforte, Vila Viçosa, Sousel, Manuel Rui Azinhais
Nabeiro, Lda., Liga do Amigos do Hospital de Elvas e Hospital de Santa
Luzia de Elvas, e cujo objectivo é definir a forma, como, em conjugação de
esforços entre todos este outorgantes, será concedido à Liga dos Amigos do
Hospital de Elvas, Instituição Particular de Solidariedade Social, o apoio



necessário à aquisição, por parte desta, de um aparelho de TAC Multicorte, que se destinará a equipar o Hospital de Santa Luzia de Elvas, sendo que cada município atribuirá à Liga a quantia de vinte e cinco mil euros. ---------- O Vereador João Coruche questionou se perante esta participação do Município advirá alguma contrapartida para com os munícipes, ou seja se os doentes deste concelho terão prioridade em relação aos doentes de concelhos que não participem neste Acordo.--------- O Vereador José Manuel Varge referiu que, em princípio, o médico ao saber da existência deste equipamento no Hospital de Elvas, certamente enviará o doente a fazer o seu exame neste hospital.--------- O Vereador Júlio Rebelo referiu que teve uma reunião com o Presidente da Câmara Municipal de Elvas e com o Director daquele hospital, aquando da apresentação do equipamento, e que estes asseguraram que a questão da utilização do aparelho por parte dos munícipes dos concelhos envolvidos no processo estará garantida. O que se pretende é que este conjunto de intenções fique claro no protocolo, no entanto também há que acreditar na palavra das pessoas. --------- O que o Presidente da Câmara de Elvas pretende é que haja por parte das autarquias uma gestão de política de saúde, não na lógica do Ministério da Saúde mas sim na lógica de uma política de saúde gerida pelas Câmaras.



O Vereador José Manuel Varge disse que é importante conhecer qual o
estatuto do hospital de Elvas, de modo a saber se a aplicação do protocolo
pode alterar as regras do hospital, e depois também é importante saber se
este protocolo trará alguns beneficios para a população
Acrescentou que este equipamento faz falta na nossa região e como tal
temos que ter em conta a questão da solidariedade e é nesse campo que
entram as autarquias
O Vereador Júlio Rebelo referiu que as dúvidas aqui colocadas, são
também as suas dúvidas, e foi nesse sentido que anexou à minuta deste
protocolo uma nota interna que reflecte precisamente essas dúvidas
O Vereador José Manuel Varge disse que vota favoravelmente se ficar
definido no protocolo que os utentes deste concelho terão acesso à
realização de exames, pois só assim os munícipes de Estremoz terão uma
ideia mais clara da participação da Câmara neste "negócio", que lhe parece
ser a primeira vez que acontece
O Senhor Presidente disse que é vantajoso para Estremoz, que haja
num concelho limítrofe um aparelho de alta tecnologia como é este
aparelho de TAC
Acrescentou que em sua opinião não é neste protocolo que estas
questões deverão ficar definidas, mas sim num protocolo paralelo celebrado



à posteriori com a Liga dos Amigos do Hospital
O Vereador João Coruche disse identificar-se, nesta matéria, com a
posição assumida pelo Vereador José Manuel Varge
O Vereador Júlio Rebelo referiu que todas as outras Câmaras
aceitaram o protocolo tal como ele está formulado, pelo que partilha da
opinião do Senhor Presidente de que deverá ser celebrado um protocolo
com a Liga dos Amigos do Hospital, e no qual deverão ser equacionadas
todas estas questões
Depois de ter sido feita uma demonstração visual e explicado o
funcionamento do equipamento por um técnico do Hospital de Santa Luzia
de Elvas, o assunto foi analisado e deliberado, por unanimidade, aprovar a
celebração do Protocolo de Acordo com as entidades mencionadas em
epígrafe, o qual fica por cópia a fazer parte integrante desta acta, assim
como da Nota Interna anexa, e comparticipar com o montante de vinte e
cinco mil euros, para aquisição do aparelho de TAC, de acordo com a
alínea a) do número quatro do artigo sessenta e quatro da Lei número cento
e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na
redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de
onze de Janeiro, bem como dar poderes ao Presidente da Câmara para o
assinar



**RELACIONAMENTO COM A PORTUGAL TELECOM:** Foi presente um oficio da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o relacionamento das Câmaras Municipais com a PORTUGAL TELECOM, e no qual enviam a deliberação do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre as regras a observar, por parte daquela instituição, no que diz respeito à ocupação do domínio público municipal, em especial o que concerne a execução de obras na via pública; reposição de pavimentos, utilização da via pública, planeamento das obras e assunção de encargos e pagamento de taxas pela ocupação do domínio público, solicitando ainda que esta Câmara Municipal se solidarize com a posição da ANMP, procedendo nessa conformidade. --------- O Vereador José Manuel Varge perguntou se esta questão não se coloca também em relação à EDP, tendo o Senhor Presidente dito que com a EDP esta questão está resolvida, uma vez que de há um tempo a esta parte são realizadas, entre a Câmara e a EDP, duas reuniões anuais para planificar as obras. --------- Depois de analisado o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade, solidarizar-se com a posição tomada pela ANMP, no que concerne ao relacionamento com a PORTUGAL TELECOM, a qual fica por cópia a fazer parte integrante desta acta. -----



GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E QUATRO: O Senhor Presidente apresentou os documentos acima mencionados, tendo em seguida colocado os mesmos à discussão. ---------- O Vereador António Pinto Basto disse que estes documentos estão muito bem apresentados e congratulou-se pelo facto de este ano ter havido a preocupação de os ter prontos atempadamente, facilitando uma análise mais pormenorizada, bem como terem sido chamados a dar os seus contributos para elaboração dos mesmos.---------- Em relação às linhas gerais aqui apresentadas referiu que o objectivo de qualquer executivo é o que consta destas linhas gerais, ou seja qualquer executivo pretende projectar e desenvolver o seu município para o futuro, pois isso em seu entender é o básico, o que podem é variar, de Câmara para Câmara, os meios para atingir esses objectivos. -----Em seu entender um bom executivo é aquele que faz mais que a sua obrigação, e no caso de Estremoz, ao analisar estes documentos, não se apresenta nada de novo ou surpreendente, mas sim aquilo que é básico e que se espera que um executivo faça, pelo que do seu ponto de vista este é um plano pouco arrojado. --------- O Senhor Presidente referiu que nos últimos dois anos muita coisa se tem feito, no entanto as dificuldades têm sido muitas, e agora com a



redução da capacidade de endividamento torna-se muito mais difícil
conseguir chegar onde se pretende, no entanto este executivo tudo fará para
conseguir atingir todos os seus objectivos
O Vereador José Manuel Varge disse verificar que ao ter sido pedido o
contributo à oposição, este é agora contemplado neste plano e lamentou que
esse contributo não seja solicitado mais vezes
Acrescentou que é um documento extenso, e do qual muitas coisas
concerteza ficarão por realizar, no entanto o seu voto será favorável, e
posteriormente com a apresentação do relatório logo se verá o que foi ou
não feito
O Vereador João Coruche disse verificar que estão mencionadas
situações muito vagas e não concretizáveis, como é o caso de projectar
Estremoz como capital do mármore, que não vê como isso poderá ser
conseguido, e referiu que não basta colocar no papel um conjunto de
intenções, pois há situações que condicionam a realização dessas intenções.
Acrescentou ainda que no cômputo geral é um documento bem
elaborado
O Vereador Júlio Rebelo disse que tem registado com agrado as
intervenções dos vereadores da oposição, pois embora os seus papéis sejam
diferentes, é natural e salutar que as opiniões sejam divergentes.



Particularmente em relação à bancada do PSD tem apreciado a sua postura, pela correcção, elevação e forma educada corno as questões foram apresentadas e até aceitado algumas das suas sugestões. --------- Depois de analisado o assunto a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores António Pinto Basto e João Coruche, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e quatro e enviar à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----APROVAÇÃO DOS PROJECTOS DE INFRAESTRUTURAS DA ZONA INDUSTRIAL DE ARCOS: Foram presentes os projectos das infraestruturas a realizar na Zona Industrial de Arcos, tendo o Senhor Presidente, após algumas explicações, solicitado a sua aprovação. Depois de analisado o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os projectos acima referidos. -----PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURAS NA ZONA INDUSTRIAL DE ARCOS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA ATÉ AO LIMITE DE UM MILHAO DE EUROS: O Vereador José Manuel Maranga deu conhecimento de que a execução dos arruamentos e arranjo paisagístico da Zona Industrial de Arcos importa em um milhão seiscentos e quarenta e oito mil cento e sessenta e nove euros e quarenta e quatro



cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as medições e orçamento apresentado pelo empresa PROENGEL - Projectos de Engenharia e Arquitectura, Lda.--------- Ainda de acordo com medições e orçamento apresentados pela mesma empresa o valor das infraestruturas da Zona Industrial de Arcos importa em um milhão quinhentos e quarenta e nove mil quinhentos e quarenta euros e trinta e nove cêntimos, acrescidos de IVA á taxa legal em vigor. ---------- Referiu ainda que a Câmara reúne condições para efectuar alguns destes trabalhos, pelo que propôs que seja pedida autorização à Assembleia Municipal para execução das obras de infraestruturas, por administração directa até ao limite de um milhão de euros. Acrescentou que será elaborado um documento para enviar a este Orgão, no qual serão especificados quais os trabalhos a efectuar por administração directa. Depois de analisado o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar á Assembleia Municipal autorização para execução das obras de infraestruturas da Zona Industrial de Arcos por administração directa, até ao limite de um milhão de euros. EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO CALDEIRO: Foi presente uma informação da Divisão de Obras Municipais referindo que o empreiteiro da obra mencionada em epígrafe



solicitou a prorrogação do prazo até trinta e um de Dezembro, em virtude de terem surgido trabalhos a mais e as condições atmosféricas, durante o decorrer da obra, não terem sido favoráveis. --------- Nesta informação é proposto a aprovação da prorrogação até ao final de Novembro e a não aplicação de penalizações até final de Dezembro, atendendo ao empenho demonstrado pelo empreiteiro.--------- Depois de analisado o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo até ao final de Novembro e a não aplicação de penalizações até ao final de Dezembro. --------- Foi ainda presente uma outra informação da DOM na qual junta o auto de medição dos trabalhos a mais, que compreende a totalidade dos trabalhos a mais da empreitada, que se reportam a alterações ao projecto e a omissões da lista de preços unitários. O fornecimento e assentamento de azulejo é o único trabalho com preços contratual. --------- O Vereador José Manuel Maranga referiu que em relação ás alterações ao projecto, implicando a existência de trabalhos a menos estão compreendidas algumas alterações, nomeadamente a substituição de janelas de madeira por janelas em alumínio lacado e vidro duplo, substituição das portas de entrada, em madeira por material idêntico, optou-se por revestir as paredes em lambrins de azulejo nos edifícios escolares e salas da cantina,



para facilitar a futura manutenção, e elementos de construção cuja
reparação se verificou impossível
Os restantes trabalhos dizem respeito a omissões ou variantes ao
projecto
Esta informação refere ainda que o valor de trabalhos a mais
representa quinze virgula oito por cento do valor do contrato da empreitada,
e que por ser superior a quinze por cento desse mesmo valor, esta proposta
deveria ser fundamentada e instruída com um estudo realizado por entidade
externa e independente, no entanto a Câmara pode dispensar esse mesmo
estudo de acordo com o número três do artigo quarenta e cinco do Decreto-
Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, por
se tratar de despesa inferior a meio milhão de contos
Depois de discutido o assunto a Câmara deliberou, por maioria, com
dois votos contra dos Vereadores António Pinto Basto e João Coruche,
aprovar a realização de trabalhos a mais, constantes na informação da
DOM, a qual fica por cópia a fazer parte integrante desta acta, bem como
dispensar o estudo realizado por entidade externa e independente, nos
termos do número três do artigo quarenta e cinco do Decreto-Lei número
cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março
O Vereador António Pinto Basto referiu que votou contra como critica







Primeira Classe, a redigi, subscrevo e assino. -----



PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURAS NA ZONA INDUSTRIAL DE ARCOS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA ATÉ AO LIMITE DE UM MILHÃO DE EUROS: O Vereador José Manuel Maranga deu conhecimento de que a execução dos arruamentos e arranjo paisagístico da Zona Industrial de Arcos importa em um milhão seiscentos e quarenta e oito mil cento e sessenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as medições e orçamento apresentado pelo empresa PROENGEL - Projectos de Engenharia e Arquitectura, Lda.--------- Ainda de acordo com medições e orçamento apresentados pela mesma empresa o valor das infraestruturas da Zona Industrial de Arcos importa em um milhão quinhentos e quarenta e nove mil quinhentos e quarenta euros e trinta e nove cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. ---------- Referiu ainda que a Câmara reúne condições para efectuar alguns destes trabalhos, pelo que propôs que seja pedida autorização à Assembleia Municipal para execução das obras de infraestruturas, por administração directa até ao limite de um milhão de euros. Acrescentou que será elaborado um documento para enviar a este Órgão, no qual serão especificados quais os trabalhos a efectuar por administração directa.



Depois de analisado o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade,
solicitar à Assembleia Municipal autorização para execução das obras de
infraestruturas da Zona Industrial de Arcos por administração directa, até ao
limite de um milhão de euros.